

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO

Rachel Rachelley Matos Monteiro<sup>1</sup>  
Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro<sup>2</sup>  
Mayara Alves Loiola Pacheco<sup>3</sup>

### RESUMO

A discussão sobre a formação de professores é necessária e pertinente para pensarmos sobre uma profissionalização docente, principalmente, ao refletirmos sobre a formação dos professores que atuarão na educação básica. O objetivo deste trabalho é discutir as possibilidades formativas em uma perspectiva legal e institucional do professor pedagogo. A metodologia deste estudo foi de abordagem qualitativa, utilizando o método do estudo de caso único aliado a pesquisa documental e bibliográfica. Como suporte teórico, o estudo teve apoio em Farias, Nóbrega-Therrien e Moraes (2017), Pires, Ferreira e Lima (2010), Weyll (2017) e na legislação buscamos suporte na Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia-DCN's (2006), Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2013), Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (2017). Com isso, percebemos que durante a formação do professor alfabetizador a necessidade da associação entre estes dois princípios: teoria e a prática defende-se uma formação inicial que contemple estas possibilidades, assim, conduzindo uma constituição de saberes favoráveis aos princípios educacionais. Conclui-se a necessidade reflexiva sobre os saberes pedagógicos, as discussões no contexto da sala de aula, assim, na promoção de uma educação qualidade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Formação de Professores, Pedagogia.

### INTRODUÇÃO

A discussão sobre a formação de professores é necessária e pertinente para pensarmos sobre uma profissionalização docente, principalmente, ao refletirmos sobre a formação dos professores que atuarão na educação básica.

Nesse sentido, entendemos a relevância de pensar as políticas públicas para a formação dos professores e em especial como foco deste estudo a formação inicial dos pedagogos possibilitando caminhos para a constituição dos saberes pertinentes a língua escrita e oral, percebendo a aquisição da linguagem, códigos e signos como essenciais os anos iniciais do ensino fundamental da alfabetização. Essa discussão também se insere no debate

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE. Universidade Estadual do Ceará-UECE, rachel.monteiro@aluno.uece.br;

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE. Universidade Estadual do Ceará-UECE.renata.russo@uece.br;

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE. Universidade Estadual do Ceará-UECE. Mayara.loiola@aluno.uece.br;

profissional da formação do pedagogo nos anos iniciais da educação infantil e do ensino fundamental. Precisamos destacar que não é o foco deste trabalho discutir *a concepção epistemológica sobre o processo de ensino e aprendizagem ou a alfabetização*, mas sim, abordarmos os percursos para a constituição dos saberes docentes que possibilitem pensar a profissão docente, dentro do contexto formativo da alfabetização.

Assim, surge problemática quais possibilidades formativas legais e institucionais que embasam a constituição da formação inicial do pedagogo para a alfabetização? O objetivo deste trabalho é discutir as possibilidades formativas em uma perspectiva legal e institucional do professor pedagogo. Esse estudo surge de um recorte de uma pesquisa realizada na graduação em uma Instituição Pública de Ensino Superior do Estado do Ceará, também se insere nas discussões sobre formação de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). A relevância dessa pesquisa imbrica na contribuição da formação de professores dessa referida instituição para o Estado do Ceará.

Temos como objeto de estudo a formação inicial do pedagogo. A metodologia foi de abordagem qualitativa, estudo de caso único aliado a pesquisa documental e bibliográfica. A justificativa deste trabalho consolida-se dos debates em cenário nacional sobre a alfabetização e como foco a formação dos profissionais que trabalharão nesse momento. Assim, mobilizando reflexões sobre a formação de professores.

Neste estudo temos sistematizado a Introdução, logo em seguida a metodologia, os resultados e discussão, as considerações finais e por fim as referências.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo foi de abordagem qualitativa, utilizando o método do estudo de caso único aliado a pesquisa documental e bibliográfica. A abordagem qualitativa segundo Silveira e Córdova (2009) não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os autores continuam explicitando que o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, não importando seu tamanho, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Aliada a pesquisa qualitativa optamos por realizar um estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986), o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. As autoras ainda nos elucidam que

“o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo” (LUDIKE; ANDRÉ, 1986, p.17). Nesse tipo de pesquisa a preocupação é retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total.

Como suporte teórico, o estudo teve apoio em Farias, Nóbrega-Therrien e Moraes (2017), Pires, Ferreira e Lima (2010), Weyll (2017) e na legislação buscamos suporte na Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia-DCN's (2006), Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (2013), Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (2017).

A pesquisa documental foi realizada no do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Educação (CED) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e os documentos referentes à educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### **Políticas públicas para a formação do professor alfabetizador: o que discorre os documentos legais.**

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais-DCNs para o Curso de Pedagogia (CNE/CP Nº1 2006) contempla o perfil desejado dos licenciandos em Pedagogia baseado nas concepções inerentes que relacionem a teoria e a prática, elementos indispensáveis para o processo de formação.

[...] a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação; (BRASIL, 2006, p. 7).

Dessa forma, a formação do professor alfabetizador, assim, como um profissional da educação que atue na Educação Básica, precisa apropriar-se dos saberes pedagógicas que para que contribua no processo de ensinar e o aprender. “[...]- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras (es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros;” (BRASIL, 2006, p. 7).

Com isso, entendemos que durante o processo formativo, em especial a formação inicial, existe uma necessidade de relacionar a teoria e a prática. A pesquisa e o ser “questionador” surge também nessas discussões e possibilidades formativas, o professor-pesquisador como o licenciando-pesquisador reformula seus conhecimentos prévios e busca

na ação docente o caminho de possibilidades metodológicas e didáticas. Sobre a relevância da articulação teoria e prática, Farias, Nóbrega-Therrien e Moraes (2017, p.104), afirmam que:

[...] a dissociação entre teoria e prática permeia os debates acerca dos problemas recorrentes nos processos formativos, que a pesquisa é postulada como componente curricular necessário à formação profissional de nível superior e com condições de responder aos enfrentamentos de um mundo em transformação.

Um dos objetivos centrais da Educação é a consolidação da alfabetização conforme apresenta a Meta 5 do Plano Nacional de Educação-PNE, (2014-2024) Lei Nº 13.005 “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.” (BRASIL, 2014). As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental apresentam em destaque ao processo de alfabetização, conforme o Art. 30 (BRASIL, 2013, p. 123).

Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

- a) a alfabetização e o letramento;
- b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia;
- c) a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

Em relação à formação de profissionais para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, citamos no Parecer nº 05/2006, que discorre sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Assim, concernem os professores que serão licenciados no ensino superior, no curso de Pedagogia e nas demais licenciaturas para atuar na Educação Básica nas instituições de ensino público ou privado. Desta maneira, entendemos a importância da formação destes professores, considerando que no Projeto Pedagógico e na Matriz Curricular dos cursos constem nas disciplinas que apontem para as competências, habilidades e conhecimentos que se materializam nos “saberes pedagógicos” durante a formação inicial, capaz de suprir as necessidades pedagógicas da educação infantil e fundamental.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs- 1997), a alfabetização é entendida como um processo de aprendizagem em dois seguimentos, o primeiro deve-se ensinar o sistema alfabético de escrita, que proporciona aos educandos a possibilidade de ler e escrever. O segundo seguimento se refere aos exercícios de

redação/treinos em concepções ortográficas e também gramaticais. Assim, com o objetivo de produzir textos concisos de nossa língua, documento destaca:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p. 21).

Diante disso, compreendemos a relevância e possibilidades da apreensão com a Língua Portuguesa, porém os PCN's não formalizam de que maneira essa preparação para o professor de língua portuguesa, principalmente, nos anos iniciais da educação básica, consiga entender as possibilidades dessa prática pedagógica. Dessa forma, o documento nos atenta a perceber que é necessária uma compreensão da Língua e sua no contexto social. O documento ressalta ainda que,

Cabe, portanto, à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade. (BRASIL, 1997, p. 26).

Nesse caso, percebemos a preocupação das políticas educacionais com o processo de alfabetização. Segundo Pires, Ferreira e Lima (2010, p.5):

O alfabetizador deve buscar, com o seu trabalho, conhecimento sobre a linguagem, pois os alunos fazem parte desse processo comunicativo. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o processo alfabetizador é um processo de interação com a língua, em que os aprendentes tornam-se produtores e realizam ações de reflexão sobre a linguagem.

Em debate atual sobre a legislação educacional a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p. 61) na discussão específica da Área da Linguagem atenta para o processo de alfabetização, destacando que:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Ainda a BNCC (2017, p. 57) ressalta que

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letamentos.



Então, como docente atuante na educação básica, o professor precisa compreender as “multi-facetadas” em torno de uma aprendizagem significativa percebendo os estudos e dialogando com as teorias de aprendizagem, como também presidindo o “perfil” de um professor alfabetizador. Que caminhos, como e quais são os elementos essenciais dessa prática pedagógica? Os estudos de Weyll (2017, p.9) nos ajudam a identificar à prática do professor alfabetizador como:

Ao adentrar em uma sala de aula de alfabetização, logo percebemos a heterogeneidade de conhecimentos e experiências prévias dos aprendizes que se encontram nesse processo de aprendizagem. Desta forma, cabe ao professor o papel de mediador na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes, o contato com diferentes práticas de letramento, bem como atividades diversificadas que criem situações que os levem a refletir, questionar, criar hipóteses e participar ativamente de forma independente, compreendendo o funcionamento da escrita alfabética.

Assim, o professor alfabetizador constitui conhecimentos específicos sobre o seu “fazer didático” em sala de aula, além de promover discussões presentes no contexto social dos educandos. Entendemos que os saberes docentes e pedagógicos são ferramentas grupais e individuais dos professores, mas durante a formação é necessário a busca e o diálogo entre estes caminhos, possibilidades em comunhão de entender a realidade aonde será inserido.

Segundo Farias, Nóbrega-Therrien e Moraes (2017, p. 106):

A exigência da integração teoria e prática insere-se no rol das expectativas sociais contemporâneas, delineando uma atuação profissional oriunda de uma formação que não seja meramente técnico-instrumental, mas que apresenta competência crítica de compreensão dos fenômenos do seu campo de atuação e autonomia para intervir em diferentes situações [...]

Com isso, percebemos que durante a formação do professor alfabetizador a necessidade da associação entre estes dois princípios: teoria e a prática, defende-se uma formação inicial que contemple estas possibilidades, assim, conduzindo uma constituição de saberes favoráveis aos princípios educacionais.

Nesse princípio para salientar as discussões sobre a formação do pedagogo, ainda em contexto da formação inicial analisamos duas ementas de disciplina no curso de Pedagogia que tem como objetivo promover discussões pertinentes sobre a linguagem e, assim, inquietações para os licenciandos em pedagogia acerca da alfabetização.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da IES pesquisada apresenta como perfil do profissional a ser formado, um profissional que exerça a docência e a organização do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares. Conforme consta no documento “Esta concepção pressupõe um profissional que domine tanto o conhecimento específico de sua área de ensino quanto o conhecimento pedagógico mais geral que o capacite

ao exercício das funções docentes e de coordenação pedagógica e administrativa” (UECE, 2011, p. 23).

Conscientes que a escola regular ainda é o campo de atuação que mais absorve pedagogos e tendo em vista a ênfase na docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, se sobressai nessa perspectiva como um dos eixos centrais do currículo “instrumentalização teórica e metodológica para atuar como docente, sobretudo, em espaços escolares” (UECE, 2011, p.23).

Desse modo, o egresso do Curso de Pedagogia da IES pesquisada deve ser um profissional que tenha o domínio de diversas habilidades, entre: fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Recreação, jogos e brincadeiras de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; e estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Considerando o perfil do pedagogo delineado, a proposta pedagógica analisada tem como objetivo:

Oferecer ao educando subsídios necessários à compreensão e análise crítica do contexto histórico, econômico, político e cultural da sociedade e educação no Ceará, no Brasil e no mundo; propiciar subsídios teóricos e metodológicos para a organização, vivência e avaliação de situações de ensino; contribuir para a formação do professor/pesquisador capaz de produzir saberes pedagógicos resultado da convivência, análise e (re)construção de sua prática docente. (UECE, 2011, p.27).

Diante desses dados, percebe-se o foco da proposta pedagógica do curso analisado, percebendo a partir das disciplinas uma organização e execução da proposta de ensino e dentre as disciplinas do curso, existem disciplinas que tem como foco, em especial, discutir a aquisição da língua escrita e oral e, em especial, na formação desse futuro professor, que são as disciplinas de Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental I e Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental II.

Nos quadros 1 e 2, apresentamos as ementas dos programas das referidas disciplinas, para reafirmar nossas considerações sobre sua relevância dos conhecimentos e saberes

pedagógicos necessários à para a formação do professor, em destaque, do “professor alfabetizador” Interessante destacar que a partir das ementas não há um vínculo direto com a terminologia “alfabetização”, mas partimos do pressuposto sobre a relevância dessas disciplinas para a constituição do repertório de conhecimentos e saberes acerca dessa formação.

### **Quadro 1 - Ementa do Programa da Disciplina de Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental I**

**EMENTA:** O ensino da leitura e da escrita: concepções e métodos. Caracterização dos diferentes gêneros textuais orais e escritos para aplicação na educação infantil e no ensino fundamental. Oralidade, variação lingüística e escola. Concepções de escrita e a relação com a postura didático-metodológica. Análise de livros e materiais didáticos para o ensino da linguagem. Estratégias de leitura e níveis de compreensão leitora.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2011).

Nesse quadro percebemos as implicações do ensino e as possíveis estratégias que devem ser estabelecidas para contribuir dentro do campo didático-metodológica sobre a leitura e a escrita.

### **Quadro 2 - Ementa do Programa da Disciplina de Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental II**

**EMENTA:** Discussões sobre metalinguagem e gramática no ensino de língua portuguesa. Gramática normativa versus gramática descritiva e a relação do ensino da gramática com a produção escrita da criança. Origem e classificação da literatura infantil. Importância da literatura infantil para a formação de leitores e escritores. Concepções e orientações para o ensino da língua portuguesa no referencial curricular e nas diretrizes curriculares. Diferentes linguagens escritas e não-escritas, internet, programas e softwares educativos para o ensino da língua portuguesa.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2011).

No quadro 2 verificamos as implicações da técnica necessária da língua portuguesa, em especial, da gramática para a contribuição dos saberes pertinente do professor das series iniciais do ensino. A partir das ementas e com as análises legais entendemos os aspectos que constituem a formação desse professor das séries iniciais com foco na aprendizagem da língua oral e escrita.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos os caminhos legais que embasam as políticas públicas sobre a formação inicial do Pedagogo. Como também a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos na sala de aula.

Conclui-se a necessidade reflexiva sobre os saberes pedagógicos, as discussões no contexto da sala de aula, assim, na promoção de uma educação qualidade. Retomando ao nosso objetivo de pesquisa: *discutir as possibilidades formativas em uma perspectiva legal e institucional do professor pedagogo*. Acreditamos que as discussões foram pertinentes e que ainda há outras a serem tomadas em próximas investigações, pois acreditamos em um conhecimento que transforma-se e é ressignificado a partir de novos questionamentos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. 25p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília, 2006. 24 p. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015. 112 p.

Disponível em:

<[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos\\_2015/cadernos\\_novembro/pnaic\\_cad\\_5\\_1911\\_2015.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/cadernos_novembro/pnaic_cad_5_1911_2015.pdf)>. Acesso em: 05 jul 2019.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2015.

Disponível em: [http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano\\_Nacional\\_de\\_Educacao\\_Linha\\_De\\_Base.pdf](http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Plano_Nacional_de_Educacao_Linha_De_Base.pdf).

Acesso em 23 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Brasília, 1997. 92 p. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_19mar2018\\_versaofinal.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf).

Acesso em 05 jun. 2019. 472 p.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; MORAES, Lélia Cristina Silveira de (Orgs). **Formação e Desenvolvimento Profissional em Educação**. São Luís: EDUFMA, 2017. p. 491.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PIRES, Maria das Graças Porto. FERREIRA, Lúcia Gracia. LIMA, Daniel Fernandes. Alfabetização, professor alfabetizador e prática pedagógica. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Ano 6, n.13, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3505444-Alfabetizacao-professor-alfabetizador-e-pratica-pedagogica.html>> Acesso em: 03 out. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Fortaleza: UECE, 2011. 132 p.

WEYLL, Camila Trivisan Milani. A prática pedagógica do professor alfabetizador: atendendo as diferenças de aprendizagem em sala de aula. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017. [S.l.]. **Anais eletrônicos**. [S.l.]: EDUCERE, 2017. p.3182-3197. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26136\\_12883.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26136_12883.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2019.